



MAIORIA DOS DEPUTADOS PROTEGE TEMER PARA PROSSEGUIR OS ATAQUES

VENEZUELA
RESPEITO À SOBERANIA!
NENHUMA INGERÊNCIA!



Venezuelanos comparecem às urnas para votar na Constituinte convocada por Maduro

Nacional

A crise no
Rio de Janeiro
pág. 4

Partido

É Lula, não tem plano B
para presidente
pág. 7

Luta de Classe

Revogar a "reforma"
trabalhista e barrar
a da Previdência
pág. 9

Internacional

Em 53 países se prepara
a Conferência de Argel
pág. 11

Cortes de verbas ameaçam Universidades Federais

Na UFBA estudantes ficam sem auxílio moradia e situação tende a se agravar



Matheus Mascarenhas

O desmonte promovido pelo governo golpista está atingindo em cheio a educação. Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), os estudantes se mobilizam para recuperar a assistência estudantil. O Trabalho entrevistou Matheus Mascarenhas, diretor de Assistência Estudantil do Diretório Central dos Estudantes da UFBA e militante da Juventude Revolução, em Salvador. Confira.

O Trabalho: Qual a situação atual da assistência estudantil na UFBA?

Matheus Mascarenhas: A situação na assistência estudantil na UFBA é grave. Neste semestre, 226 estudantes ficaram sem auxílio-moradia, após o corte de R\$3,5 mi no orçamento do Plano Nacional Assistência Estudantil (PNAES), segundo a administração central da Universidade. O valor do auxílio óculos, quantia paga pela universidade para os/as estudantes custearem parte do valor de um óculos, foi reduzido de R\$ 350,00 para R\$ 200,00. Além disso, com o aumento da demanda, os serviços de alimentação, Restaurantes Universitários, de transporte, são insuficientes para o tamanho da comunidade acadêmica. As Residências Universitárias se encontram extremamente sucateadas e apresentando um sério risco à vida dos/das moradores/as com a chegada do período de chuvas.

OT: Com os recentes cortes do governo golpista, quais as consequências para os estudantes?

MM: Segundo a administração da Universidade, o atual contingenciamento nas verbas do PNAES tem sido o maior problema. Os serviços essenciais ao funcionamento da universi-

dade têm sido afetados drasticamente pelos cortes do governo golpista. A tendência é que nos próximos períodos essa situação seja agravada.

OT: Como os estudantes estão reagindo? Que decisão do recente Congresso da UNE pode servir de apoio para a mobilização?

MM: Diante deste cenário, a mobilização estudantil é fundamental na luta contra os ataques à educação pública e aos direitos trabalhistas orquestrados pelo bloco golpista atualmente no poder. No dia 26 de julho, foi organizado um "bandejaço" no Restaurante Universitário pela melhoria do serviço alimentação, contra os cortes na assistência estudantil, contra o governo golpista, pelas diretas já. A atividade teve o intuito de chamar a atenção da comunidade estudantil para os cortes feitos no PNAES, que vêm tentando acabar com a política através do não repasse de recursos necessários. Atividade visava também convocar para a assembleia dos estudantes residentes e assistidos, que ocorreu no domingo, 30 de julho. A luta contra os cortes, necessariamente, é a luta contra o go-

verno golpista que tenta inviabilizar a continuidade da democratização do ensino superior público. A resolução política aprovada no 55º Congresso da UNE é um forte ponto de apoio em relação às pautas de luta dos estudantes, ao apontar a necessidade da derubada imediata do governo golpista e a realização de diretas já, para que um novo presidente (Lula, na nossa opinião) convoque uma Assembleia Constituinte Soberana capaz de mudar a estrutura apodrecida do Estado brasileiro, revogar as medidas implementadas pelos golpistas, e realizar as reformas estruturais que deem voz ao povo para o atendimento das suas demandas, como a reforma política, da mídia, agrária, desmilitarização da PM dentre outras. Este Congresso também aprovou a jornada estudantil que ocorrerá de 14 a 17 de agosto, em todo o Brasil. Neste cenário, a unidade deve ser o lema central do movimento estudantil na luta contra um inimigo muito poderoso chamado imperialismo, que articula golpes, como o atual, pra submeter nações inteiras aos interesses dos grandes capitalistas, às custas da vida da juventude e da classe trabalhadora.

“Lugar do exército é nos quartéis”

No lugar de professores governo do RS quer colocar militares nas escolas

O governo de José Ivo Sartori (PMDB) do Rio Grande do Sul quer implementar o projeto “O Exército nas Escolas” com objetivo de “fortalecer valores para cidadania e desenvolvimento dos alunos da rede pública”. A Secretaria de Educação (Seduc) e o Comando Militar do Sul se reuniu dia 12 de julho para discutir o Termo de Cooperação que prevê “palestras, prática de esportes, visita as bases militares e aulas de civismo e cidadania”.

O CPERS (Sindicato dos professores do RS) critica o projeto por “buscar militares e não professores para ensinar”, e pediu audiência com o governador. A CUT/RS afirma que “lugar do exército é nos quartéis. Precisamos de concursos públicos e valorização e qualificação dos educadores”. Ambos combatem o “pacoteço” do governador que corta recursos públicos e parcela o salário

dos servidores.

A anomalia da militarização das escolas é feita também pelo governador de Goiás Marconi Perillo (PSDB) e por governos do PSDB e PMDB no Tocantins. Em alguns estados como Alagoas, o governador Renan Filho (PMDB) manda Polícia Militar nas escolas espancar e prender jovens justificando combate ao tráfico. Não por acaso, são aliados dos golpistas que tomaram de assalto o país, fizeram a Reforma do Ensino Médio retirando conteúdos e cortam gastos da educação. É uma tentativa descarada para destruir a escola pública, gratuita e de qualidade que precisa de verbas, professores, merenda e estrutura.

Como disse um diretor da UBES “a luta contra o projeto do golpe sobre a educação pública não pode parar”.

Aos militares, meia volta volver aos quartéis!

ANPG aprova solidariedade à Lula

Na votação, divisão entre diretores do PCdoB

A diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduandos se reuniu em 17 de julho, por ocasião da 69ª reunião anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). A reunião decidiu várias iniciativas para mobilizar os pós-graduandos na Jornada de Lutas proposta pela UNE no próximo dia 17. Aprovou-se uma campanha pelo pagamento das bolsas FAPERJ, há 3 meses atrasadas, com a crise financeira que sufoca o Estado do Rio de Janeiro. Além disso, foi convocado o próximo Conselho Nacional de APGs para fins de outubro.

De todas as decisões da diretoria a única questão não aprovada por consenso foi uma moção em solidariedade à Lula, proposta pelos diretores da tese “ANPG é Pra Lutar”, que colocava claramente que condenar Lula, sem provas, é uma tentativa de fraudar as próximas eleições retirando Lula do páreo.

Alguns diretores do PCdoB, agrupamento majoritário na entidade, se

opuseram à moção apesar do próprio PCdoB formalmente apoiar os atos de 20 de julho em solidariedade à Lula. O debate na diretoria esquentou e os diretores do PCdoB se dividiram entre aqueles que não aceitavam a menção a Lula e outros que queriam uma moção sem a questão das eleições.

Por fim, se aprovou uma moção “contra a partidarização da justiça” que se solidariza com Lula, mas retirando a questão chave das eleições. Mas nem todos os diretores do PCdoB aceitaram essa formulação, que tentava ser consensual, e acabaram se abstendo da votação.

Para os diretores da tese “ANPG é Pra Lutar” essa não é uma questão secundária. Lula é o principal candidato nas pesquisas e para nós uma eleição sem Lula é fraude, sim! Foi o que reafirmamos no ato “Diretas Já” que a ANPG organizou durante a SBPC.

O saque da nação por Temer e seu Congresso vai ser revertido

O já esperado resultado da votação da Câmara de Deputados livrando o golpista Temer de ser julgado, é mais um dos fartos exemplos da natureza anti-povo e nação deste Congresso Nacional.

As pesquisas apontavam que 81% queriam vê-lo julgado, mais de 90% reprovam suas contrarreformas e querem vê-lo fora do Planalto, mas os deputados blindaram o usurpador. Não, claro, de graça. A farra das emendas e favores assaltaram os cofres públicos, os ruralistas receberam benesses. Uma verdadeira orgia está instalada em Brasília. Isto mostra, de maneira cabal, que a bandeira do combate à corrupção desfraldada contra o PT é a senha para que a corrupção, inerente a este sistema, prospere ao lado das medidas de pilhagem promovidas pelo falido sistema capitalista.

Neste bordel brasileiro, o que se pretende é liquidar a soberania nacional, os direitos e empregos dos trabalhadores para entregá-los, de bandeja, ao patrocinador do golpe, o capital financeiro.

Os deputados do PT levaram um combate e, desta vez, pelo menos, votaram unidos contra os golpistas (o que não foi o caso da votação de Maia para presidente da Câmara). Mas não nos iludamos, não há chance de um combate vitorioso, se confinado às quatro paredes do

Congresso. Nenhuma ilusão, nos marcos das atuais instituições o povo trabalhador não sairá vencedor.

O Congresso protege Temer e o Judiciário prossegue a perseguição a Lula. Moro, depois de sentenciar sua primeira condenação,

NÃO HÁ SAÍDA POSITIVA NOS MARCOS DAS ATUAIS INSTITUIÇÕES

transformou-o, pela sexta vez, em réu!

Garantida a permanência de Temer, os golpistas se preparam para votar a contrarreforma da Previdência. Mesmo se as mobilizações do primeiro semestre, em particular a grande greve geral de 28 de abril, colocaram pedras no caminho, e nada indica que o desmonte da Previdência vai tráfegar em tapete vermelho, eles não vão desistir. A não ser que a retomada da ação da classe trabalhadora os encurrale.

Aí está o nó da questão. É preciso dar confiança às massas, é preciso abrir-lhes a perspectiva da vitória, é preciso alçar a bandeira da saída política para a nação, que não cabe dentro das atuais instituições.

Aí está a responsabilidade do PT.

Em seu 6º Congresso, compreendendo que estas instituições são a trava da conquista de

uma nação soberana e por isso mesmo foram a alavanca do golpe, o PT aprovou a candidatura de Lula Presidente para revogar as medidas golpistas e avançar nas reformas populares, e assim adotou a proposta da Assembleia Constituinte Soberana. Justamente porque esta é a alternativa que a maioria oprimida pode dispor, tentam impedir a candidatura Lula, e permitir que a pilhagem prossiga.

Neste mês de agosto Lula inicia caravanas pelo país, começando pelo Nordeste. Não há necessidade mais urgente do que apresentar nessas caravanas a saída positiva para o povo trabalhador, reforçando a luta contra o golpe. Que as caravanas levantem alto e em bom som: Eleição sem Lula é fraude! Lula Presidente com Constituinte!

Não há tempo a perder.

O imperialismo aperta o cerco no continente. Agora concentra a ofensiva contra o governo da Venezuela. Está certo o PT ao se solidarizar com o governo Maduro e defender o direito soberano do povo venezuelano decidir seu próprio destino. Maior ajuda e solidariedade o PT dará, ajudando a classe trabalhadora a derrotar, em nosso país, o governo golpista e as instituições que o apoiam, parte da mesma engrenagem que deu o golpe no Brasil e tenta avançar contra a Venezuela.



SINFRONIO PRESENTE!

Faleceu dia 20 de julho, aos 93 anos de idade, nosso companheiro Sinfrônio de Souza Nunes. Militante leal, amigo sincero, Sinfrônio dedicou toda sua vida, como militante de base, na busca incessante pelo socialismo. Ele emigrou do Piauí nos anos 50 trabalhando em fazendas pelo caminho até chegar a São Paulo. Na capital dedicou-se ao ofício de pintor de paredes. Nesse período, participando das lutas operárias adere ao PCB. Autodidata, se alfabetiza e dedica-se a leitura dos jornais e dos textos do partido. Nos anos 60 liga-se aos militantes do PCB de Vila Maria. No golpe

de 64, diretor do Sindicato da Construção Civil, tem seu mandato cassado. Foi preso e perseguido pela ditadura. Na dispersão do PCB nos anos 70 acompanha na clandestinidade o grupo de Prestes. Nos encontramos na luta pela anistia na Vila Maria em 79. Quando da fundação do PT, o grupo prestista, rompido com o PCB, decide entrar no Partido dos Trabalhadores e Sinfrônio participa conosco da convenção de legalização do PT. Passados alguns anos, com o PCB voltando a legalidade, deixa o PT e, liderado por Paulo Gnecco, retorna ao velho partido. Nos anos 90, com a crise do PCB, não segue Paulo Gnecco em direção ao PT. Se mantém em contato fraternal conosco. Sua palavra sempre se dedicava à crítica do capitalismo, a evidenciar nos fatos do dia a dia a falência do sistema podre da propriedade privada. Leitor voraz, lia o jornal O Trabalho "de ponta a ponta" como dizia. Assinante do nosso jornal, depositava direto na conta bancária da redação, sua contribuição financeira sem que precisássemos pedir. Perdemos um velho e querido amigo.

Henrique Ollitta

Memória

NAS ELEIÇÕES DE 1978, REJEITAR MDB E ARENA!

MDB e Arena, agrupamentos artificiais, criados por decreto presidencial, foram os instrumentos concebidos pelos militares para chegar até os trabalhadores (...). Hoje o país está imerso num caos econômico sem precedentes. (...) O Judiciário é um apêndice servil. As Forças Armadas se encontram profundamente divididas. O Parlamento nem bastardo é. (...) Contra esse Congresso e suas leis antipopulistas; contra partidos-marionetes, MDB e Arena. No seio do combate dos trabalhadores, na recusa das instituições do regime militar, na luta por uma Assembleia Constituinte democrática e soberana é que se poderá construir uma perspectiva de classe: um partido operário, capaz de levar o combate pelos anseios da população explorada deste país.

O Trabalho nº 7 - 15/8/1978



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, e ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Mariana Waechter

Crise no Rio de Janeiro

Com o exército na rua, o governo Pezão (PMDB) quer fazer o ajuste fiscal

O exército está na rua em todo o estado do Rio de Janeiro.

A justificativa dada por Raul Jungmann, ministro da Defesa do governo golpista, é a de que é preciso fazer uma “assepsia” no Rio (entrevista CBN, 25/07). Jungmann tenta conquistar a simpatia da população ao dizer que a presença das Forças Armadas é uma “declaração de guerra” contra o tráfico e os “bandidos”. O governador, Luiz Fernando Pezão (PMDB), disse ter certeza que a intervenção militar “vai ajudar o Rio” e que “o importante é que vai até 2018”! (O Globo, 28/07). O prefeito do Rio, Marcelo Crivella (PRB), colocou a Guarda Civil Municipal “à disposição” do exército. O presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia (DEM-RJ), comemorou a decisão. A Globo golpista, é claro, apoia.

Entretanto, o drama do funcionalismo continua e Pezão, que deixou o estado à deriva, é visto com descrédito pela população. A maior parte das categorias está sem receber desde abril. Os servidores disputam cestas básicas em filas quilométricas. Como pode haver segurança, saúde, educação se o governo aplica uma política de desmonte das instituições públicas, como no triste caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro?

Não é coincidência que o exército esteja na rua enquanto o governo Pezão negocia com Henrique Meirelles, o pacote de ajuste fiscal, esse sim uma verdadeira declaração de

guerra contra a população e os servidores do Estado.

Rio, “laboratório” do Plano de Segurança Nacional

Temer, em acordo com Pezão, colocou o exército na rua por meio da assinatura de Garantias da Lei e da Ordem (GLOs) – em que os militares podem atuar enquanto poder policial –, prevendo a ação inicial de 8.500 homens.

Sérgio Etchegoyen, ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), disse há meses atrás que o Rio seria o “laboratório” do Plano Nacional de Segurança.

De fato, parece que a ideia dos golpistas é fazer da experiência do Rio um ensaio geral. Em 24 de maio, quando 200 mil trabalhadores foram a Brasília protestar contra as contrarreformas trabalhista e da previdência, Temer também chamou o exército (fazendo uso da GLO), para reprimir violentamente os manifestantes.

Os atos no Rio contra Temer e as contrarreformas são reprimidos com brutalidade pela polícia.

Agora, às vésperas do ajuste fiscal, costurado num conluio entre o governo federal e estadual, quem



Rio de Janeiro: servidores sem receber salários, serviços públicos destruídos e ruas ocupadas pelo Exército

pode se sentir mais seguro vendo o exército na rua?

O ajuste fiscal, ataque contra o povo do Rio

Meirelles diz que a condição para a “ajuda” do governo federal ao Rio, de empréstimos de cerca de 3 bilhões junto a bancos privados e BNDES, é a privatização da Cedae (estatal de águas e esgoto) e a venda da folha de pagamentos dos servidores para uma instituição financeira.

Sem esconder a satisfação, o jornal O Globo (28/07) festeja que, depois do Rio, o próximo estado a ser “beneficiado” é o Rio Grande do Sul.

Durante todo o período, não faltaram protestos contra o pacote de

Pezão. Entretanto, os longos anos de aliança e colaboração do PT com o PMDB no estado não passaram sem duras consequências. O episódio em que André Ceciliano, deputado estadual pelo PT, presidiu a sessão da Alerj em que votou no ajuste, é um exemplo. É de se perguntar porque o PT-RJ ainda aceita este deputado em suas fileiras!

No Encontro Estadual do PT, foi aprovada a luta contra o ajuste do Pezão. Resolução justa, mas que exige a recusa, pelo PT, seus dirigentes e parlamentares, de toda aliança ou colaboração com os partidos e interesses dos golpistas.

Francine Iegelski

PCdoB prepara congresso

A disputa interna na cúpula não passa pela ruptura com a burguesia e suas instituições

O PCdoB passa por uma disputa interna na cúpula partidária. Aparentemente, há mais de dois lados nas brigas entre dirigentes históricos; mas dada a tradição do partido (sem direito de tendência) o debate não parece ser claro à base. Sabe-se, pela imprensa, que o ex-ministro e ex-presidente da Câmara, Aldo Rebelo extrapolou pela direita e defende abertamente, em um manifesto, a união nacional com os empresários e as Forças Armadas.

Polemizando com ele nos órgãos públicos do partido, Aldo Arantes (aparentemente em nome do Comitê Central), critica seu manifesto por “não se referir ao golpe nem às forças que o financiaram” e por “não se referir à reforma trabalhista nem citar ameaça da reforma previdenciária”. Arantes, diferencia-se de Rebelo sobre a união nacional, propondo ao invés uma Frente Ampla. Parece que a diferença é que a última seria menos ampla que a de Rebelo. Mas ambas aceitariam

empresários e Forças Armadas.

Ao mesmo tempo, o PCdoB insiste em dar apoio à candidatura do oportunista Ciro Gomes – que não para de atacar Lula, e no Amazonas, onde ocorre eleições para o governo do estado no próximo dia 6, apoia Eduardo Braga (PMDB), contra o candidato do PT.

Balanço omite corresponsabilidade

O Projeto de Resolução ao 14º Congresso do PCdoB (a realizar-se em novembro) carece de sinceridade.

Haroldo Lima, também representante da direção, elogia tais resoluções (247, 17/07) e, com falsa modéstia, diz que “as deficiências do Partido” derivariam apenas de terem sido insuficientes “suas iniciativas para persuadir o governo a fazer uma reforma democrática do Estado [...] e a proceder à quebra dos oligopólios de comunicação e a se promover uma democratização desse setor.” O Partido também não teria sido “enfático”

o bastante na crítica à adaptação ao “falso critério do ‘republicanismo’ [...] no processo de indicações para o Judiciário, Ministério Público e Polícia Federal.”

Ou seja, o partido -- como sempre -- estaria certo. Apenas não conseguiu convencer os outros da justeza de sua linha. Mas o fato é que o Projeto não menciona uma vírgula a respeito do problema central: as instituições poderes herdadas da ditadura e mantidas na Constituição de 1988. Afinal, o Judiciário, o aparelho policial-repressor, o Legislativo, entre outros órgãos, são estruturalmente antidemocráticos e golpistas; suas regras (de eleição, funcionamento etc.) foram moldadas para servir aos interesses das classes dominantes, sempre em opressão ao povo e a seus movimentos e organizações. O PCdoB ignora isso e, sabe-se, é refratário à proposta de uma Assembleia Popular Constituinte.

O Projeto de Resolução, diz Lima,

“lamenta o prevalecimento de uma política econômica híbrida, com fortes concessões ao neoliberalismo”. O PCdoB foi corresponsável por toda a política econômica. Compôs, afinal, os ministérios – e inúmeros cargos em várias esferas governamentais -- durante todos os 13 anos dos governos Lula e Dilma, e se portava como “mais governista” do que as próprias correntes majoritárias do PT. No 2º mandato de Dilma, é bom lembrar, era contrário a incluir nas mobilizações contra o golpe o combate ao ajuste fiscal de Levy porque “desviava o foco”. A bem da verdade, o PCdoB defendeu diretamente ao menos parte de tais (se não todas) políticas pró-mercado. Haroldo Lima, quando diretor geral da Agência Nacional de Petróleo, era dos que mais pressionava para fazer concessões.

Alberto Handfas

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



RECONSTRUINDO O PARTIDO DOS TRABALHADORES

Depois do 6º Congresso, segue o desafio para que todo o partido, apoiado nas resoluções adotadas, siga em frente na batalha pela sua reconstrução. Há dificuldades e hesitações. Mesmo se o partido pouco a pouco retoma seu caráter de luta, chama manifestações, empunha suas próprias bandeiras, organiza-se internamente para enfrentar as lutas do momento, o principal desafio é o de colocar em marcha a batalha pela saída para a crise política, Lula presidente, com

Constituinte.

O Diálogo e Ação Petista está engajado neste esforço de transformar em ações práticas a decisão do Congresso. A começar por promover, em vários estados, a discussão entre petistas sobre as resoluções, em particular a de Conjuntura. Os grupos de base discutem e também tiram iniciativas para colocar em prática, no dia a dia, as principais resoluções do 6º Congresso, com destaque para Lula presidente com Constituinte. O que se

combina com a defesa de Lula frente à absurda condenação proferida pelo juiz Moro, defesa sintetizada na frase da presidente do PT, Gleisi: eleição sem Lula é fraude. Nos atos do dia 20 de julho, os militantes do DAP tiveram um papel destacado.

Os grupos de base do DAP adotam também iniciativas para colaborar com as finanças do partido, o que é fundamental para sustentar a independência política do PT. Promovem debates sobre as re-

soluções do 6º Congresso e atividades de formação sobre a Revolução Russa. Preparam igualmente a participação de delegados no Encontro Nacional do DAP.

O Diálogo e Ação Petista fará seu Encontro Nacional em 7 e 8 de outubro. O Comitê Nacional, que se reunirá dia 10 de agosto, definirá o local e o funcionamento do Encontro, aberto à participação dos petistas dispostos a se somarem à luta pela reconstrução do PT, apoiados nas resoluções do Congresso.

ATO EM DEFESA DE LULA NO CEARÁ



No Vale do Jaguaribe, presença no ato e reunião sobre o 6º Congresso

O Diálogo e Ação Petista do Vale do Jaguaribe (Ceará) participou, dia 29 de julho, de um ato em defesa de Lula. O ato, convocado pelo PT, foi em Limoeiro do Norte e reuniu a CUT, sindicatos, PCdoB, Juventude Revolução e parlamentares.

A concentração começou às 8 horas da manhã, na praça central da cidade, sob o lema “eleição sem Lula é fraude”. A seguir, houve uma carreta.

Os militantes do DAP estiveram à frente da iniciativa. Terminada a manifestação, 15 petistas participaram de

uma discussão sobre as resoluções do 6º Congresso as quais, segundo quase todas as intervenções, devem ser postas em prática. Todos concordaram que o ato em defesa de Lula foi já uma expressão das resoluções, como assinalou Tadeu Pinheiro, presidente do PT de Limoeiro.

O DAP Ceará segue na realização de reuniões sobre o 6º Congresso durante o mês de agosto.

Ozirene Vidal

DAP SE ORGANIZA NO RIO

O DAP do Rio de Janeiro fez uma reunião dia 7 de julho para discutir o balanço do 6º Congresso e a situação do PT no estado, com a dificuldade de realizar encontros e estar presente nas manifestações de forma organizada. Também foram abordados os problemas e reivindicações da juventude.

A companheira Áurea vai propor no Diretório Estadual, da qual é membro, uma atividade de formação sobre a Revolução Russa, em setembro ou outubro.

A reunião também discutiu a organização de um boletim do DAP no estado, em conjunto com os militantes de Volta Redonda. Os militantes voltam a se reunir em 7 de agosto.

Em Volta Redonda, o DAP se reuniu dia 7 de julho e decidiu impulsionar a campanha de filiação ao PT no município. A reunião decidiu também convocar uma atividade de formação sindical em Resende, cidade próxima, onde não há DAP nem PT.

EM ARAPIRACA (AL), DEBATE SOBRE A REVOLUÇÃO RUSSA

O DAP realizou uma atividade de formação em Arapiraca (Alagoas), no dia 15 de julho, com um debate baseado no documentário sobre a Revolução Russa, “Os dez dias que mudaram o mundo”.

Participaram militantes de Arapiraca, Maceió, Girau e São Sebastião.

Em seguida, os presentes discutiram tarefas como a defesa de Lula e a organização da plenária estadual do DAP.

EM CURITIBA, ELEIÇÃO SEM LULA É FRAUDE!

O PT promoveu em Curitiba um ato em defesa de Lula, dia 20 de julho. O panfleto do partido, encabeçado pela palavra de ordem “Eleição sem Lula é fraude”, expressava as principais resolu-

ções aprovadas pelo 6º Congresso: nenhum direito a menos, fora Temer e todos os golpistas, diretas-já, Lula presidente, Constituinte para fazer as verdadeiras reformas e liberdade para os presos do PT.



Lula Presidente com Constituinte, em Curitiba

GOIÁS DEBATE ENCONTRO NACIONAL

A coordenação estadual do DAP-Goiás reuniu-se dia 5 de julho e aprovou diversas iniciativas, visando, principalmente, a participação no Encontro Nacional do agrupamento, que será realizado dias 7 e 8 de outubro.

O DAP assumiu como seu compromisso com a reconstrução do partido elaborar uma relação de militantes que façam o débito em conta corrente de suas contribuições ao PT.

Estão sendo organizadas também atividades para a sustentação financeira do DAP, como camisetas e uma galinha-da, marcada em princípio para 16 de setembro. Agir como o PT agia, inclusive nas finanças. O dinheiro arrecadado deve servir para sustentar as atividades do DAP e a ida de delegados ao Encontro Nacional.

A próxima reunião do DAP será realizada dia 8 de agosto.

Vem aí os Encontros Setoriais do PT

Hora de colocar em prática as resoluções do 6º Congresso



Ato na Avenida Paulista, 20 de Julho contra condenação de Lula

Passado o 6º Congresso, o partido começa a preparar os seus Encontros Setoriais. Os vários setoriais do partido (Sindical, mulheres, combate ao racismo, educação, etc.), exceto da juventude que se realizará noutra data, se reúnem em sua etapa estadual entre os dias 2 e 24 de setembro e as etapas nacionais se realizarão em outubro.

Para participar é preciso estar filiado até o dia 22 de outubro de 2016 e, obrigatoriamente, fazer a opção pela participação num dos setoriais até o próximo dia 18 de agosto.

A opção por uma setorial pode ser feita por meio da página eletrônica "Comunidade PT", em seu diretório zonal ou municipal, junto à Secretaria de Organização do Diretório de seu Estado ou Junto ao setorial estadual de sua militância.

Criadas como um espaço substi-

tuto dos núcleos "temáticos" do PT, como eram os de categoria, os setoriais deveriam tornar-se "elo com a sociedade", conforme de diz no PT, no entanto eles jamais conseguiram ocupar essa lacuna.

Vários setoriais se constituíram como instrumentos de assessoria e espaço de disputa nos governos do PT ou de "aliados", muito distante do diálogo necessário com nossa base social. No entanto, outras vezes assumiram posições mais críticas; desenvolveram o combate contra as políticas privatistas, fizeram propostas e promoveram medidas e campanhas justas.

Os Encontros Setoriais serão um primeiro momento de participação e discussão dos militantes após o 6º Congresso e suas positivas resoluções. Será um momento privilegiado para traduzir para os vários setores

de atuação dos petistas as decisões. Como foi feito, por exemplo, após a condenação de Lula, na palavra-de-ordem "Eleições sem Lula é Fraude", "Lula Presidente com Constituinte", etc.

Outro debate importante, também fruto da decisão do Congresso é como prosseguir o combate na Frente Brasil Popular, uma frente de ação comum, que não deve "suplantar as entidades que a compõem ou se sobrepor aos partidos, às centrais

sindicais e movimentos sociais, aos quais cabem o protagonismo das ações" (resolução do 6º Congresso). Um tema debatido e que mereceu um posicionamento do Congresso.

Além disso, os Encontros podem ser fóruns para a troca de experiências e a construção de posições comuns e de entre os militantes e que pode concluir em propostas para ação prática na luta de classes.

Laércio Barbosa

MORO CONDENA LULA E FILIAÇÕES AO PT DÃO UM SALTO

Desde a condenação sem provas do ex-presidente Lula e da decisão arbitrária do juiz Sérgio Moro, do dia 12 de julho, quarta-feira, até a manhã de segunda-feira, dia 17, o Partido dos Trabalhadores recebeu 3.127 pedidos de filiação apenas a partir da ferramenta disponibilizada pelo PT no seu site oficial, sem que, nesse período, nenhuma campanha especial tenha sido impulsionada. Vem em boa hora a decisão do Seminário de planejamento da Comissão Executiva Nacional, a ser submetido ao Diretório Nacional do PT, a implementação da campanha de filiação decidida pelo 6º Congresso, chamando a filiação para reforçar a defesa de Lula.

O movimento espontâneo de filiação logo após a condenação de Lula, assim como a crescente aprovação do PT, que lidera na preferência partidária com 18%, segundo o Datafolha, são uma clara demonstração do lugar que o partido ocupa na crise política em que o país está mergulhado e, ao mesmo tempo da responsabilidade que recai sobre seus ombros frente ao que seria uma "segunda chance" que o povo pode nos dar. E para isso é responsável tirar todas as lições do golpe, aprender com os erros e fazer o 6º Congresso decidir: combater para eleger Lula, convocar uma constituinte soberana e governar com base num programa anti-imperialista e anti-latifundiário.

Para filiar-se ao PT acesse www.pt.org.br/filiacao

Marco Aurélio Garcia (22/06/1941 – 20/07/2017)

Marco Aurélio (MAG) faleceu como militante socialista, dedicado ao PT que ajudou a fundar e chegou a presidir. Aqui vai o respeito da corrente O Trabalho do PT, por esse militante e dirigente.

Vereador em Porto Alegre antes do golpe de 64, então militante do PCB, com quem rompeu depois, MAG virou dirigente do Partido Operário Comunista (POC) clandestino, e foi para o exílio no Chile e depois na França. Ali, como dirigente do POC, colaborou com a corrente de Ernest Mandel, que se apresentava como Secretariado Unificado (SU) da Quarta Internacional.

De volta ao Brasil, depois de 1979, MAG se dedicou ao semanário Em Tempo, à docência universitária e a construção do PT, junto à corrente de Lula, a Articulação dos 113 (não seguiu a então seção brasileira do SU, a Democracia Socialista).

No PT, se destacou nas relações internacionais, chegando a assessor especial (com status de ministro) de



Lula e Dilma, depois de ficar conhecido da esquerda, na América Latina, principalmente, pelo trabalho do Foro de São Paulo.

Convivi com MAG em vários momentos desde a fundação, à época no Diretório de Pinheiros e Jardim América, em São Paulo, em debates duros e fraternos.

O leitor sabe que Marco não está

aqui para me retrucar. Mas não tenho como saltar a disputa no plenário do 1º Congresso do PT, quando encaminhei contra seu convite ao cônsul dos EUA ao Congresso. Também não sei o que ele diria hoje, do episódio de um quarto de século atrás.

Sem nunca ter perdido a conversa com Marco quero, todavia, ressaltar seu trabalho (último?) na Comissão

de Sistematização do 6º Congresso do PT. Em particular, as discussões sobre o estado de exceção oriundo do golpe do impeachment, que levaram a caracterizar o "bonapartismo" do Judiciário, acima das classes e dos demais poderes da República, afrontando o Estado de Direito. O que era parte da fundamentação para adotar a bandeira da Constituinte para reformar em profundidade as instituições. Com sua autoridade na área, convergimos para fazer uma relação entre os limites dos governos progressistas e de esquerda no continente que não conseguiram consolidar algumas transformações estruturais, com o fato, em alguns casos, de transformações estruturais nas "refundações constitucionais da Venezuela (1999), do Equador (2008) e da Bolívia (2009)".

Saudações à memória de Marco Aurélio,

Markus Sokol

Plano B?

“Eleição sem Lula é fraude”, **Ciro e Haddad** deveriam saber

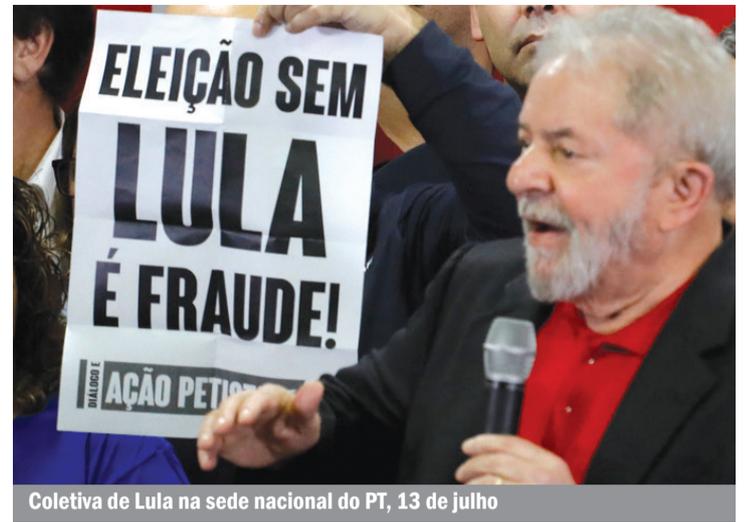
Lula foi condenado pelo juiz Moro, com apoio da mídia e dos golpistas, a tempo de obter a confirmação da sentença na segunda instância, o Tribunal Regional Federal (TRF4), e tirá-lo assim da disputa presidencial pela famigerada lei da “ficha limpa”.

Um outro objetivo de Moro e dos golpistas com isso, foi precipitar em quase um ano o lançamento de candidaturas presidenciais dentro e fora de o PT, postulando a cabeça

da oposição. Apareceram ou reapareceram candidatos de inimigos declarados do PT e de Lula, como Marina (Rede), mas também alguns “mui amigos”, talvez mais perigosos.

Com isso, os golpistas esperam, poderia se dividir a resistência à perseguição e confirmação da sentença de Lula e, desde já, enfraquecer a unidade contra as reformas reacionárias de Temer-Maia.

João Alfredo Luna



Coletiva de Lula na sede nacional do PT, 13 de julho

Ciro Gomes não dá

Candidatíssimo diz que é preciso “moderar e prestigiar os deputados”

Ciro Gomes, hoje no PDT, é a principal velha novidade.

Há poucas semanas, dizia que só seria se Lula não fosse candidato, em palestras e entrevistas onde distribuía uma retórica de agrado da esquerda, pensando no futuro. Bastou Lula ser condenado, para mudar sem explicação – é candidato contra Lula.

Tem quem aplauda, o PCdoB, por exemplo. Na sua busca meio fantasmagórica de “frente ampla com o centro”, **Ciro** seria um nome. Até criaram um incidente para trazê-lo como palestrante, contra a posição da CUT, na última plenária da Frente Brasil Popular. Quando **Ciro** aproveitou para uma entrevista “gauche” a um deslumbrado e acético Brasil de Fato, o órgão da Consulta Popular.

Quem pode confiar na retórica de circunstância de **Ciro Gomes**? Prócer da oligarquia Ferreira Gomes de Sobral, Ceará, ele foi deputado, prefeito, ministro e governador dos partidos mais contraditórios em que fez carreira – PDS, ex-Arena (1980–1983), PMDB (1983–1988), PSDB (1988–1996), PPS (1996–2005), PSB (2005–2013), PROS (2013–2015) e PDT (2015). Ministro da Fazenda, no fim do governo Itamar, em sintonia com o candidato FHC, seu decreto de “abertura de mer-



cado” quase destrói a indústria automobilística do ABC não fosse a resistência dos operários.

“Sou mocinha vivida e tal”

De lá pra cá, **Ciro** amadureceu?

Ao jornal empresarial Valor (18/7), ele abriu o coração. Fez o balanço dos governos Lula-Dilma oposto à reavaliação da coalizão. “Não sou poeta, mocinha que chegou ontem no bar. Sou mocinha vivida e tal”, disse ao comentar o peso que o PMDB na Câmara em qualquer governo. Segundo **Ciro**, é preciso “moderar as promessas, negociar, negociar, compor e prestigiar os deputados”.

Não é reformar as instituições, é “moderar, compor e prestigiar os deputados” do PMDB! Um programa digno de, termo elegante, uma dona de cabaré!

JAL

Aonde vai Haddad?

Palestrando pelo país, fala em agenda comum com o PSDB

Citado na imprensa e o próprio Lula para disputar a Presidência, o ex-prefeito **Haddad** está se achando.

Em entrevistas diz que não pensa em candidatura “este ano”, mas em plano de governo. As pedras percebem que não é candidato a ministro. Enquanto isso, **Haddad** assume no PT o estranho personagem de ponte para o PSDB.

Em entrevista à FSP (17/7), foi fundo num balanço: “**Haddad**: Lembrando da minha época de movimento estudantil, saindo da ditadura... Nós falhamos. **Folha**: Onde está o erro? **Haddad**: A verdade é que PT e PSDB, que estruturaram a política desde 1994, cada um à sua maneira manteve o outro refém do atraso. Não tiveram a clareza de que tinham que ter uma agenda comum, do ponto de vista institucional, que passava pela reforma política”.

“Nós falhamos”!?

Poderia ser mais um pedido de desculpa de petista dizendo o que a imprensa quer ouvir: crítica não os erros, mas os acertos!

PT e PSDB ficaram reféns do “atraso”, leia-se do PMDB, mas por razões opostas. O PSDB, para sustentar a privatização e a regressão social, teve no PMDB um parceiro leal no quadro do funcionamento das instituições. O PT, para fazer as reformas estruturais sem enfrentar as



instituições, pensou nele como parceiro da maioria institucional: termi-

nou sem reformas, traído e apunhalado.

Fazer o balanço de que faltou uma “agenda comum” PT-PSDB de reforma política é ridículo: com voto distrital ou proporcional, financiamento público ou empresarial? São algumas divergências PT-PSDB.

Mas **Haddad** vai em frente. Dia 20, na GloboNews, bateu seu recorde: propôs um acordo “institucional” PT-PSDB, “para proteger a sociedade da barbárie”. E defendeu o mais um forte presidencialismo do PSDB, Alckmin, da acusação de corrupção, “é um homem correto, trabalhei 4 anos com ele”.

Para nosso leitor não precisamos lembrar o “tensalão” ou a merenda escolar. Ao nosso leitor, chamamos a repelir a empulhação do desorientado **Haddad**: o PSDB é parte da barbárie contra a qual um acordo se faria! Acordo com ele para parecer amplo é errado. E burro eleitoralmente, pois o PSDB dividido derrete e o PT, apesar de certos líderes, cresce.

JAL

NÃO À CONDENÇÃO DE LULA

Comunicado do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos

O poder Judiciário, na pessoa do juiz Sérgio Moro, condenou sem provas, em primeira instância, o ex-presidente Lula da Silva a 9 anos e meio de prisão.

Ao mesmo tempo o Senado, formado por uma maioria de senadores acusados de corrupção, votou a contrarreforma da CLT, destruindo uma das principais conquistas da classe operária brasileira.

O 6º Congresso do Partido dos Trabalhadores, do qual Lula é fundador, havia decidido jogar força, com a maioria das organizações sindicais, contra as reformas ditadas pelo capital financeiro e contra o governo.

Com as jornadas de greve geral de 28 de abril e 30 de junho de 2017, para derrotar as contrarreformas trabalhista e da Previdência, um amplo movimento sacode o país para derrubar o governo golpista de Temer.

Não resta dúvida, o objetivo da condenação de Lula é impedir que possa ser candidato nas próximas eleições presidenciais. O que constitui

uma grave violação da democracia.

Como assinalam diversas organizações brasileiras, sem Lula, eleição é fraude.

O Acordo Internacional dos Trabalhadores, que prepara sua 9ª Conferência Mundial Aberta contra a guerra e a exploração, pede a todas as organizações que em escala do Brasil e internacional participam nas atividades do Acordo, que façam sua esta campanha levada no Brasil e em escala internacional contra a condenação de Lula.

Com nossas saudações internacionalistas, Argel/Paris 14 de julho

Luísa Hanoune, membro da Coordenação do AcIT e secretária geral do PT (Argélia) e **Geoffrey Excoffon**, membro da Coordenação do AcIT e da Direção Nacional do POI (França)

Para toda correspondência: eit.ilc@fr.oleane.com

Professores gaúchos em greve

Contra o parcelamento de salários feito por Sartori (PMDB)

Um mês depois de fechar novo acordo de isenção fiscal com a GM, o governador do Rio Grande do Sul, Ivo Sartori (PMDB), anunciou um novo parcelamento de salários.

Já é o 20º mês em que os salários são atrasados. Em agosto, a primeira parcela paga foi de apenas R\$ 650,00 por matrícula para cada servidor, o que causou revolta e a decretação de greve por parte do magistério estadual até 4 de agosto.

Enquanto mais de 3 mil professores realizavam uma assembleia diante do Palácio Piratini (foto), Sartori anunciou o pagamento de uma nova parcela de R\$ 400,00, vinda do dinheiro que seria destinado ao pagamento da dívida do Estado com a União.

A grande imprensa bradou contra essa "incoerência" do governador, alegando que nos parcelamentos



anteriores o pagamento da dívida era intocável.

A raiz da atitude de Sartori é a fragilidade do seu governo diante da resistência dos sindicatos (como os de professores, policiais, trabalhadores nos

presídios e na empresa de energia) aos planos de austeridade e privatização.

Chapa 2 ganha no CPERS

Helenir Schürer foi reeleita presidente do CPERS/Sindicato (magistério

rio estadual) nas eleições de 27 e 28 de junho. Ela encabeçou a Chapa 2, apoiada pela CUT, que recebeu mais de 55% dos votos diante de outras quatro chapas.

No 14º Núcleo da entidade, que abarca São Leopoldo e região, as eleições foram anuladas em função do descumprimento do regimento eleitoral e desrespeito às decisões da Subcomissão Eleitoral pela Chapa 1. Elas foram re-marcadas para 15 e 16 de agosto

A Chapa 2 – CPERS Unido e forte – concorre nesse Núcleo defendendo a revogação da reforma trabalhista e a construção de uma nova greve geral contra a reforma da previdência, o fim do parcelamento e congelamento de salários e o engajamento do sindicato na luta pelas Diretas Já.

Marcelo Carlini

Conselho do Andes, aquém do necessário

Faltou organizar a luta em defesa das reivindicações e da Universidade pública

De 13 a 16 de julho ocorreu em Niterói (RJ) o 62º Conselho Nacional de Associações de Docentes (CONAD) do ANDES-SN, segunda instância mais importante do sindicato nacional que é filiado à Conlutas.

Dele se esperava uma orientação para os docentes do ensino superior enfrentarem os duros ataques do governo Temer nas universidades, que se desdobram de seus ataques à democracia e à soberania nacional.

O CONAD começou com a distribuição pela diretoria do Andes de um projeto de resolução sobre a

condenação de Lula. O longo texto, cheio de justificativas por abordar o tema, não ia além de recriminar a "seletividade da justiça", para concluir que foram os próprios governos de Lula e Dilma que levaram à atual situação.

A demolição da soberania nacional, dos direitos democráticos, trabalhistas e previdenciários, não foi ainda suficiente para a diretoria do ANDES colocar a questão da unidade necessária para derrotar o governo golpista de Temer.

Como consequência de sua postura de separar-se da resistência aos

ataques advindos do golpe, a direção do Andes também foi incapaz de propor medidas concretas em defesa da universidade pública e das reivindicações dos docentes.

É verdade que, finalmente, o CONAD adotou posição pelas Diretas Já (mas sem colocar a questão da Constituinte, como levantou o "Renova Andes" em sua tese), e que também apontou para uma greve geral. Mas, ao ficar de costas para a unidade com a CUT e outras centrais, com o MST e outros movimentos populares, essas posições perdem força.

"Renova Andes" se afirma

O Fórum "Renova Andes" fez várias reuniões ao longo do CONAD e estruturou seus aderentes em comissões de trabalho, tendo em vista a preparação do Congresso do sindicato nacional e das eleições para a sua direção em 2018. Uma rede de coordenadores por regional também foi estabelecida.

O "Renova Andes" caminha agora para sua convenção, a ser realizada durante o próximo congresso do Andes/SN, quando definirá a sua participação no pleito.

Eudes Baima

O que deve ser a Frente Brasil Popular?

Está em debate o caráter da frente lançada na luta contra o golpe

Em setembro de 2015 foi lançada, em Belo Horizonte, a Frente Brasil Popular, integrando organizações sindicais, movimentos populares, entidades estudantis, partidos e personalidades democráticas. Ela se formou em defesa do mandato de Dilma Rousseff, contra o golpe que já se desenhava, e de uma mudança da política econômica de seu governo (o chamado "plano Levy" de ajuste fiscal).

Ao longo de quase dois anos, a FBP possibilitou a ação comum de entidades e movimentos de distintos setores contra o golpe e seu conteúdo de ataques à soberania nacional e aos direitos sociais e trabalhistas. Diferentemente da Frente Povo sem

Medo, que não aceita partidos no seu interior, na FBP a representação dos partidos é bem-vinda.

Mas, na última plenária nacional da FBP (18 e 19 de julho) era palpável o desconforto de muitos participantes com a mesa de conjuntura composta por Ciro Gomes (PDT), João Capiberibe (PSB) e Alexandre Padilha (PT). Enquanto companheiros ligados ao PCdoB recebiam Ciro com festa, outros, ligados ao PT ou à CUT, estranhavam a sua presença.

A discussão sobre a "organicidade" da FBP também mostrou diferenças: houve quem defendesse adoção de posições por maioria e que se construíssem coletivos de base da FBP, e também quem defendesse que uma

frente só pode basear-se no consenso, tendo em vista a unidade de ação.

Assim, a CUT, que é um dos pilares da FBP, na resolução de sua Executiva nacional de 25 de julho registra que "considera que as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo não substituem os partidos, as centrais sindicais e entidades que as compõem, aos quais compete o protagonismo das ações, cabendo às frentes aglutinar forças, encaminhar ações conjuntas e construir a unidade na ação".

Está prevista para o mês de dezembro a realização da Conferência nacional da Frente Brasil Popular, para onde deve confluir esse debate sobre o seu caráter.

CUT CEARÁ É ATACADA



Na manhã de 20 de julho a sede da CUT-CE foi atacada por seis homens armados, quando se reunia a Frente Brasil Popular para organizar o ato em defesa de Lula. Os assaltantes perguntaram por dirigentes da CUT, ameaçaram os presentes e saquearam o local. Tudo indica que foi um ataque político para intimidar militantes e prejudicar a realização do ato. O que atualiza a necessidade de se organizar a segurança das organizações sindicais e populares.

Abaixo a Lei 13.467 e o desmonte da previdência

São os desafios do 2º semestre que a CUT debaterá em Congresso extraordinário



A Executiva nacional da CUT reuniu-se em 25 de julho, após a aprovação pelo Senado no dia 11 do projeto de “reforma” trabalhista vindo da Câmara.

A reunião reafirmou a posição de lutar pela revogação da lei da contrarreforma trabalhista e que “a CUT não participará da elaboração de uma medida provisória do Presidente Temer que, em troca de direitos trabalhistas atacados pela Lei 13.467, busca alguma compensação financeira aos sindicatos” (resolução adotada).

Posição importante da CUT, que assim se delimita de centrais que, lideradas pela Força Sindical, buscam uma “agenda” com ministros e parlamentares para que a MP de Temer (prometida por Jucá no Senado para evitar qualquer emenda no projeto)

inclua correções de pontos secundários e uma alternativa ao imposto sindical.

Além da UGT, CSB e Nova Central, também a CTB entrou nessa de “diminuir danos” para dourar a pílula do desmanche da CLT.

Como um instrumento de luta pela revogação da Lei 13.467 surgiu a proposta de um PL de iniciativa popular que traria também pontos que garantam a organização sindical nos locais de trabalho, a substituição do imposto sindical por uma taxa negocial aprovada em assembleia, entre outros. Em 1º de agosto, Paulo Paim (PT-RS) protocolou na mesa do Senado um PL que revoga a “reforma” trabalhista.

A luta contra a aplicação dessa lei, entretanto, começa desde já nos locais de trabalho e em cada um dos sindicatos da base cutista (ver box).

Greve geral segue na ordem do dia

O governo Temer, depois de ter escapado da primeira denúncia de corrupção na Câmara, volta a falar em “priorizar” o desmanche da Previdência. A PEC 287, assim, pode entrar em discussão na Câmara a qualquer momento neste segundo semestre.

Logo, a questão de preparar uma greve geral contra o desmanche da Previdência e pela revogação da Lei 13.467 está colocada e deve ser objeto de deliberação do Congresso extraordinário

da CUT (28 a 31 de agosto).

As plenárias/congressos estaduais ocorridos em julho – como os do DF, PE, SP, RS, MG e SC – adotaram resoluções pela organização da greve geral em torno da votação da PEC 287 (Previdência). No RS, PE e SP, resoluções “Eleição sem Lula é fraude”, denunciando a condenação sem provas do ex-presidente pelo juiz Moro, também foram aprovadas.

Julio Turra

COMO COMBATER A APLICAÇÃO DA “REFORMA”?

A CUT orienta a sua base a resistir contra a aplicação da Lei 13.467, que só entra em vigor em 11 de novembro, logo, até lá, “nenhum sindicato cutista deverá negociar qualquer ponto da reforma com os patrões”. Também orienta suas entidades a não ingressarem com ADIN no STF, pois o tiro pode sair pela culatra, podendo entrar com ações em outras instâncias que contestem pontos da lei. A partir daí:

- Nas negociações coletivas, exigir a manutenção dos atuais contratos (acordos e convenções) como parâmetro para a discussão.
- Os sindicatos devem representar os terceirizados de sua base e incluí-los nas negociações coletivas.
- Devem manter nas convenções e acordos coletivos a cláusula de taxa assistencial a ser deliberada em assembleia.
- Devem promover campanhas massivas de sindicalização como alicerce para o financiamento sindical.

Já há empresas que criaram PDVs para abrir espaço para o trabalho a tempo parcial, contratos temporários e trabalho intermitente. Não faltarão pressões para que se adote o “negociado sobre o legislado”. Só a ação do sindicato junto às suas bases – informação, assembleias, mobilização e greve – é que pode impedir a fragmentação dos trabalhadores buscada pelo capital, recusando qualquer acordo abaixo das garantias mínimas estabelecidas na CLT.

Ataque contra servidores

MP de Temer cria PDV para sucatear serviços públicos

A Medida Provisória (MP) 792/2017 do governo golpista de Michel Temer implementa o Programa de Demissão Voluntária (PDV), a redução da carga horária com redução salarial e incentiva a licença sem remuneração do servidor por até seis anos.

Trata-se da continuidade do enredo do golpe de estado que estamos vivendo no Brasil.

A MP 792 traz também o objetivo de tentar colocar a sociedade contra o servidor e o serviço público, além de “fiscar” alguns servidores mal avisados para aderirem a um plano macabro.

Sim, pois é o trabalhador e especialmente o povo pobre, a maioria dos brasileiros, que dependem da prestação de serviços públicos nas áreas de saúde, educação e programas sociais que são atingidos. Além disso, diminuir a já deficitária força de trabalho, significa sucatear a prestação de serviços à sociedade, colocando em risco a soberania nacional e o poder de fiscalização do próprio Estado.

O intuito imediato do PDV e demais

medidas contidas na MP é reduzir o quadro de servidores para precarizar ainda mais as relações de trabalho com o aumento da terceirização.

Governo não cumpre lei e quer rever reajustes

Apoiado na Emenda Constitucional 95/2016, que limitou por 20 anos os investimentos públicos, o governo Temer vem se negando a cumprir as leis de incorporação de Gratificações de Desempenho aos proventos dos aposentados, o que deveria ter sido implementado desde janeiro de 2017. Também ameaça rever os reajustes previstos em lei de algumas categorias, além de negar abrir a negociação da Campanha Salarial 2017, alegando falta de previsão orçamentária.

Enfim, todas as medidas do governo golpista visam garantir a manutenção das transferências dos recursos públicos para o sistema financeiro, não importa que isso signifique enormes retrocessos sociais e grandes sacrifícios ao povo brasileiro.

PETROLEIROS



No dia 31 de julho, diretores do Sindipetro-NF (Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense) promovem uma trançaço, pela manhã, nos acessos à base de Imbetiba, em Macaé. Eles protestavam contra a tentativa de colocar à venda 74 plataformas, 14 na Bacia de Campos, anunciada pela Petrobras na noite de sexta-feira, 28 de julho. Segundo o sindicato tal privatização vai retirar da empresa uma receita de US\$ 1 bilhão por ano, além de eliminar cerca de 10 mil empregos. “Estamos aqui em Imbetiba fechando todos os acessos para que a categoria petroleira perceba a gravidade deste anúncio. Precisamos enfrentar esses entreguistas e construirmos uma nova greve geral”, disse o coordenador geral do Sindipetro-NF, Tezeu Bezerra. O Congresso da Federação Única dos Petroleiros (de 3 a 6 de agosto) vai discutir como enfrentar mais esta ofensiva. (site do Sindipetro-NF)

É contra tudo isso que os servidores federais devem retomar a sua mobilização neste segundo semestre, apoiados em suas organizações sindicais e em conjunto com os demais

trabalhadores que lutam contra as “reformas” de Temer que destroem direitos sociais e trabalhistas.

Oton P. Neves

Audiência na ONU pelo fim da ocupação do Haiti

Delegação é recebida e entrega carta ao Secretário Geral

Na quinta-feira, 20 de julho, uma delegação internacional se apresentou na sede da ONU, em Nova York, atendendo ao chamado lançado em fevereiro último por organizações políticas, sindicais, populares, democráticas do Haiti, que lutam pela soberania do país, pela imediata retirada da Minustah e de toda forma de ocupação.

A delegação foi recebida pelo senhor El Ghassim Wane (Sub-secretário geral das operações de manutenção da paz) e William Gardner (assessor do departamento de operações de paz).

As intervenções da delegação basearam-se no mandato estabelecido numa carta dirigida ao Secretário Geral da ONU exigindo, notadamente, “a retirada de todas as formas de ocupação e ingerência da ONU sobre o solo haitiano, a indenização de todas as vítimas, em particular as vítimas do cólera”.

Ademais, os membros da delegação



A delegação diante da sede da ONU, da esquerda para a direita: Antonio Lisboa - Executiva da CUT, Juliana Cardoso - Vereadora PT- São Paulo, Ray Laforest - KOD - Coordenação Dessalines (USA) Sabine Guerrier, Haitian Heritage & Friends of Haiti (HHFoH); Founder/President (Haiti), Ronald André - Jornalista Radio Solidarite (Haiti), Patricia Pioche, União Geral dos Trabalhadores da Guadalupe (Guadalupe), JC. Moïse, ex senador, Partido P'tit Dessalines (Haiti) Barbara Corrales - Comitê Defender o Haiti é Defender a Nós Mesmos, Victor Fabert, Aliança dos Trabalhadores e Povos das Caraíbas (Guadalupe), Kim Ives - jornal Haiti Liberté (USA). A delegação foi composta também por Pablo Kokay, que não aparece na foto, estudante brasileiro em NY, militante do PT.

denunciaram crimes políticos ocorridos no Haiti, citando em particular os assassinatos e ameaças contra militantes do movimento Moleghaf, denunciados internacionalmente, entre outras organizações, pelo Escritório de Advogados Internacionais (do Haiti) e pela Confederação dos Trabalhadores do Setor Público e Privado (CTSP). Em relação a esses crimes, a Vereadora Juliana Cardoso (PT-SP) apresentou

uma carta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados do Brasil à sua homóloga haitiana, a Comissão de Justiça, direitos humanos e da segurança pública da Câmara de Deputados do Haiti. Esses documentos foram entregues à ONU.

Também foi destacada a repressão que se abate sobre os operários das empresas têxteis das zonas francas do Haiti, nas quais os direitos sindicais

são pisoteados e até mesmo toda a direção de um sindicato foi recentemente demitida. Uma campanha internacional está engajada para exigir o fim da repressão e a imediata reintegração desses sindicalistas.

O ex-senador Moïse Jean Charles apresentou um documento que descreve a implicação da Minustah em fraudes eleitorais.

Em sua resposta, ainda que defendendo a Minustah e a próxima missão da ONU (prevista para outubro, a Minujusth), o representante do Secretário Geral, Sr. Wane, disse que ele “prestaria contas a quem de direito” de todas as informações e documentos apresentados pela delegação.

Perguntado pela delegação se haveria uma resposta do Secretário Geral, ele respondeu que “os documentos lhe serão entregues e se ele considerar que deve responder certos aspectos, sob uma ou outra forma, será ele quem decidirá”.

Iraque: EUA e aliados arrasam Mossul

Bombardeios matam milhares de civis e deixam cidade em ruínas

As armas de destruição em massa da coalizão militar conduzida pelo exército estadunidense transformaram Mossul, segunda maior cidade do Iraque, em um grande campo de ruínas. A aviação francesa efetuou 1.307 ataques aéreos no Iraque e na Síria desde setembro de 2014, sendo 600 só na batalha de Mossul.

O objetivo era desalojar os militantes da organização Estado Islâmico (EI). Todos os meios militares oficialmente “convencionais” foram usados para atingir esse objetivo. Segundo estudo da ONU, um terço da antiga cidade (5 mil prédios) foi destruído nas três últimas semanas de bombardeios. Mais de 10 mil prédios foram danificados ou destruídos no restante da cidade.

Os testemunhos dos sobreviventes são esclarecedores. Eles dizem que as casas foram bombardeadas enquanto suas famílias e vizinhos estavam ainda presentes, falam de feridos sem socorro, de vítimas presas nos escombros, de cadáveres em putrefação.

Segundo a Anistia Internacional, “as forças iraquianas e as da coalizão liderada pelos Estados Unidos” utilizaram armamento pesado “nas zonas urbanas de grande densidade populacional”.

Trata-se de uma escolha deliberada. Para o jornalista britânico Patrick Cockburn, presente em Mossul, “mesmo quando as bombas atingiam suas zonas-

-alvo, elas matavam frequentemente mais civis do que combatentes do EI”.

A barbárie do EI, como a de todos os grupos ditos jihadistas, incluindo os rebeldes “moderados” pró-estadunidenses, nada fica a dever àquela dos libertadores.

Refugiados no próprio país

Mossul, que tem oficialmente três milhões de habitantes deixa centenas de milhares de sobreviventes na condição de refugiados em seu próprio país, sem a mínima esperança de recuperar suas casas destruídas, sem a menor perspectiva de reconstrução em curto prazo.

Seis meses após a “libertação” da zona leste de Mossul, o fornecimento de energia elétrica ainda não foi restabelecido, os servidores não recebem nenhum salário. Entre fevereiro e junho de 2017, cerca de 6 mil civis foram mortos em Mossul pelos bombardeios “aliados”.

A coalizão militar dirigida pelo exército estadunidense justificou sua existência até o momento pelo objetivo de “libertar” Mossul do EI. Uma vez tendo sido realizado o “trabalho”, a potência estadunidense acaba de anunciar que 5 mil de seus soldados deverão permanecer no local. O objetivo, sem dúvida, é afastar a presença do Irã, que faz parte ativamente da luta contra o EI no Iraque.

Outra intenção é acompanhar o mercado da reconstrução (700 milhões de

dólares só em Mossul). Desde a primeira Guerra do Golfo, em 1993, todas as coalizões, todas as alianças, ao seguir o objetivo estadunidense de pulverizar o Iraque como nação, para melhor pilhar as riquezas, têm levado o inferno ao povo iraquiano.

A erradicação do EI é um episódio da guerra sem fim contra os povos da

região. Essa guerra, que a cada ofensiva acentua a crise de dominação nas cúpulas do imperialismo estadunidense, mantém toda a região com medo permanente do futuro imediato e visa a aniquilar toda e qualquer perspectiva democrática.

François Lazar, do jornal francês “Informações Operárias”

CHILE



No último dia 26 de julho, os chilenos saíram às ruas para lembrar a grande marcha de 24 de julho de 2016 “NO+AFP” campanha que exige a volta da Previdência Pública e Solidária, privatizada na ditadura de Pinochet, e o fim das Administradoras do Fundo de Pensão (AFP). Desde essa marcha de 2016 a campanha enraizou-se. O país foi percorrido para levar a proposta que ganhou apoio massivo, mas as AFPs seguem existindo, pois o governo e o grande empresariado defendem o sistema com unhas e dentes. Nesse 26 de julho, desde a manhã, até o cair da noite, ocorreram atividades em todo o Chile. A grande adesão à campanha obriga os meios de comunicação a pauta-la.

Javier Marques, dirigente sindical bancário e membro da Coordenação Nacional da campanha explica que “o próximo passo é um plebiscito popular, em 29, 30 de setembro e 1 de outubro. Serão duas perguntas: SIM AFP sistema de poupança forçada e NÃO mais AFP, sistema de reparo solidário.

Venezuela: Diga-me com quem andas...

PT e CUT contra ingerência imperialista, mas certa “esquerda” quer derrubar Maduro

Não é preciso estar em total acordo com Maduro, com o PSUV ou com a Constituinte eleita em 30 de julho, para perceber quais são as forças fundamentais que se opõem hoje na Venezuela.

De um lado está o imperialismo dos EUA e da União Europeia, governos reacionários da América Latina, a grande burguesia venezuelana, com a cabeça em Miami e os pés esmagando o povo com especulação e desabastecimento.

De outro, uma nação que se quer soberana, com um governo que, de forma contraditória, busca preservar a independência do país e, para tanto, se choca com interesses do imperialismo. Isso num cenário continental em que os EUA querem recuperar o terreno perdido no que consideram o seu “quintal”, como se viu e se vê no próprio golpe dado no Brasil.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, declarou em resposta a provocações da mídia: “Gostando ou não de Maduro, ele tem legitimidade, foi eleito em urna, que não é o caso de quem hoje governa o Brasil. Constituinte também defendemos aqui. Foi deliberação do 6º Congresso do PT.” (FSP, 25 de julho).

A CUT, em nota oficial, reconheceu a Constituinte e declarou que “rechaça quaisquer tipos de inter-



“Na Constituinte quem manda é o povo”, diz o cartaz

ferências de governos estrangeiros sobre a Venezuela”. Também a CTB, a Intersindical, a UNE, MST, PCdoB, PCO e outras entidades e partidos declararam apoio à Venezuela contra a ingerência imperialista e em defesa da soberania nacional.

Uma nota da secretaria de relações internacionais do PSOL manifesta “apoio ao processo constituinte proposto pelo governo Maduro”, afirmando: “Por mais que possamos identificar equívocos na condução da Revolução Bolivariana por parte do governo Nicolás Maduro, a radicalização das posições coloca como única alternativa à sua continuidade a tomada do poder

pela direita. Não há meio-termo e não há terceira via”.

De que lado está certa “esquerda”?

Mas, a executiva do PSOL-RJ, reagindo a essa nota, afirma que “está com o povo da Venezuela, não com Maduro”. O deputado Jean Wyllys diz ser “indefensável a ditadura de Maduro”, depois de Luciana Genro, em março, ter acusado Maduro de “autogolpe”. A corrente CST do PSOL, na seção de seu site “Rebelião popular na Venezuela”, reproduz a posição de seus correligionários de lá: “Frente contra a crise e a Constituinte fraudulenta de Maduro”. Seria o caso de perguntar, frente com quem? Com Trump e a oposição vene-

zuelana, nucleada na Mesa de Unidade Democrática, a MUD?

Já o PSTU divulga a posição da LIT-CI de 2 de agosto (após as eleições constituintes): “Por uma greve geral e um ‘venezuelaço’ para derrubar Maduro e mudar o país. Fora Maduro e seu governo de fome e miséria!”. Lembremos que “greve geral” (na verdade locaute, quando patrões fecham empresas) foi o que a MUD chamou dois dias antes das eleições para a Assembleia Constituinte.

Nada mais oposto às posições de Trotsky e da 4ª Internacional de defesa incondicional da nação oprimida contra o imperialismo e seus agentes locais, o que hoje se traduz na necessidade da frente única anti-imperialista na Venezuela, que inclui o chavismo e o próprio governo Maduro, ainda que se possa ter diferenças importantes com eles.

A “contribuição” desse tipo de “esquerda” é levantar a bola para stalinistas de plantão caluniarem o trotsquismo como “quinta coluna, tal como na guerra civil na Espanha 1936-39, ou na Líbia e Síria” (D. Emanuelsson em “Resumen Latinoamericano”, 30/07). O que, convenhamos, é totalmente dispensável numa discussão séria que envolve o futuro dos povos de todo o continente!

L.F.

Militantes preparam CMA em mais de 50 países

Conferência deverá ser adiada para dezembro, por proposta do PT da Argélia

O Partido dos Trabalhadores (PT) da Argélia propôs o adiamento de realização da 9ª Conferência Mundial Aberta (CMA) para os dias 8 a 10 de dezembro. A conferência está prevista para outubro, em Argel, mas a realização de eleições locais no país, entre setembro e novembro, deverá mobilizar o PT nas próximas semanas. Por isso, os companheiros argelinos sugerem a mudança de data.

Uma carta assinada por dois membros da coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT) – Louisa Hanune, secretária-geral do PT da Argélia, e Goeffrey Excoffon, da direção do Partido Operário Independente (POI) da França – avisa os signatários do chamamento à CMA sobre a proposta de adiamento, para permitir que sejam tomadas as medidas práticas necessárias, ainda que a nova data deva ser oficializada apenas na reunião da coordenação do AcIT em setembro.

A preparação da CMA já conta

com a participação direta de 600 militantes de 53 países. A CMA se organiza como uma conferência contra a guerra e a exploração, sem concorrer com nenhuma organização existente, mas tendo como objetivo ajudar a organização do combate comum.

“No mesmo barco”

Em diversos países ocorreram reuniões de preparação: entre outros, na Alemanha, Espanha, Suíça, França e uma na Califórnia (EUA), reunindo sindicalistas estadunidenses e mexicanos.

Durante a conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça, dirigentes sindicais de países africanos reuniram-se para debater a CMA. Ali, Paul Essé Iko, secretário-geral da central sindical CSTB, do Benin, afirmou: “Nós fazemos parte do AcIT há pelo menos, 15 anos. Mas houve um afrouxamento devido à falta de coordenação com a direção

do AcIT em Paris. É preciso que haja uma retomada dos laços entre o Benin, o Togo e a sub-região. Temos que caracterizar a natureza da burguesia atual, do imperialismo e da capacidade de luta dos trabalhadores e de nossos povos”.

Chaibou Tankari, secretário-geral da USPT, da Nigéria, disse: “Sem ser um participante do AcIT, estou interessado em reforçar a mobilização. A falta de formação é uma falha em todo o mundo, especialmente na África, onde nós temos muitas organizações sindicais lideradas por jovens que não dominam o ABC do sindicalismo. Eu recomendo ao AcIT verificar em que medida pode organizar missões ao nosso continente”. Outros participantes foram Mamadou Drame, da USDS do Senegal, e Yves Kodibo, da UNATRCI da Costa do Marfim.

Na cidade de Craiova, Romênia, uma conferência de militantes sindicais, políticos e operários realizada em junho aprovou carta de apoio

à realização da CMA. Entre as ações políticas debatidas, o documento cita: “Defender a independência dos sindicatos; a informação e a formação dos militantes sindicais por meio de publicações, conferências, intercâmbios, seminários de formação; unificar a classe operária nacional, europeia e mundial de todas as opiniões políticas”.

Em Lisboa, capital de Portugal, cerca de 20 militantes reuniram-se em julho para discutir a situação política em seu país em relação com a preparação da CMA. “Estamos todos no mesmo barco”, concluiu um militante do Bloco de Esquerda (BE), depois de ouvir um sindicalista francês, presente, relatar o combate contra a lei trabalhista proposta pelo governo anterior, do Partido Socialista (PS) da França. O atual governo do PS de Portugal não revogou as leis antitrabalhistas que o governo precedente, de centro-direita, havia imposto.

Cláudio Soares

Trump e União Europeia, tirem as garras da Venezuela!

Mais de 8 milhões votam na Constituinte, resistindo às ameaças do imperialismo

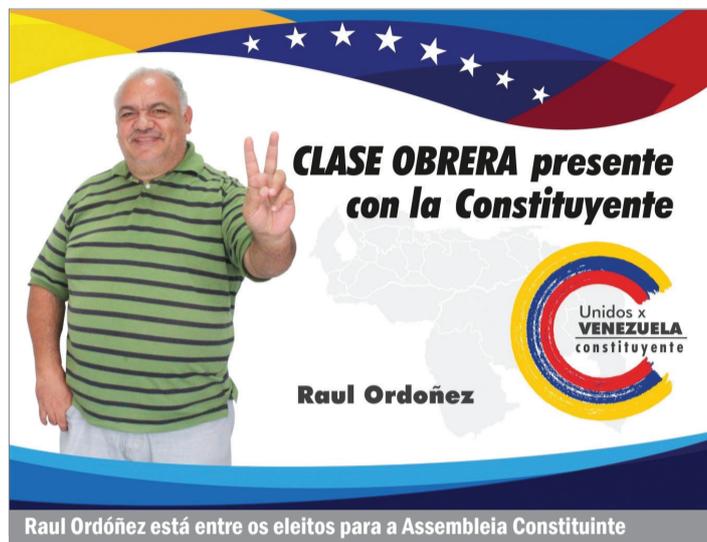
Em 31 de julho recebemos de Alberto Salcedo, do Coletivo Trabalho e Juventude (CIJ) da Venezuela, no qual participam militantes da 4ª Internacional, uma nota que expressa o estado de ânimo dos que votaram nas eleições para a Assembleia Constituinte no dia 30:

« A vontade férrea democrática da parte majoritária do povo trabalhador permitiu que milhões de venezuelanos fossem às urnas, inclusive correndo riscos e superando enormes dificuldades. 'Queremos a paz e não retroceder', 'Venezuela deve ser respeitada', foram as palavras de ordem do povo mobilizado, atingindo uma votação de 8.089.320 votos, o que representa 41,53% de participação eleitoral.

A nação venezuelana e o povo trabalhador irromperam soberanos e vitoriosos, ainda que com uma forte confrontação de classes em seu seio que não oferece um prognóstico calmo para o imediato. O governo e a liderança de Maduro saem da contenda fortalecidos e com um mandato do chavismo das ruas: conter rapidamente os setores violentos e dar uma guinada no controle da especulação monetária e nas dificuldades de abastecimento, sejam as produzidas pela guerra econômica, sejam as causadas pela economia rentista imperante no país. (...)

O forte apoio à eleição Constituinte, em tão árduas circunstâncias, demonstra que as forças de resistência à ofensiva da direita imperialista continuam vivas (...). Para o povo trabalhador, surge com a Assembleia Constituinte a possibilidade efetiva de defender suas conquistas sociais e avançar. »

O também companheiro do CIJ, Raúl Ordoñez, sindicalista do setor de saneamento e um dos convocantes da Conferência Mundial Aberta de Argel contra a Guerra e a Exploração (ver pag.11), foi eleito na lista dos trabalhadores para a Constituinte. Seu compromisso é o de "apoiar todas as medidas que defendam a soberania da nação, que ampliem os mecanismos de democracia direta, que consolidem e blindem os direitos trabalhistas e sociais do povo trabalhador, entendendo que somente os trabalhadores e setores populares organizados podem defender de forma consequente essas



conquistas contra a intervenção do imperialismo e seus lacaios”.

“Árduas circunstâncias”

Desde que Maduro lançou a proposta de Constituinte em maio, respondendo a uma situação já marcada por manifestações violentas da oposição nucleada na Mesa de Unidade Democrática (MUD), desatou-se uma campanha interna e externa para impedir a sua realização por todos os meios.

As tentativas de diálogo feitas pelo governo - que chegou a transferir os líderes opositores Leopoldo López e Antonio Ledezma para prisão domiciliar como gesto - foram recusadas pela MUD. Desde suas casas, os dois incitaram manifestações contra a Constituinte e chamaram oficiais militares à revolta, tendo sido reconduzidos à prisão após as eleições.

A grande mídia internacional não passou um dia sem acusar Maduro de “ditador violento” que daria um “golpe”, ao mesmo tempo que tratava de “heroicas” as ações de gente paga pela direita, fortemente armada e com máscaras de gás, que atacava quartéis e hospitais, montava bloqueios nos bairros abastados, assassinava chavistas e que, uma vez reprimida por forças de segurança, aparecia como sendo vítimas da “luta pela democracia”.

Foram três meses de desabastecimento, provocado em boa parte pelos empresários privados, de insegurança e temor de uma guerra civil iminente. O objetivo do imperialismo, seja de Donald Trump, seja da União Europeia e de governos títeres da América Latina, é o mesmo da MUD, que tem maioria na Assembleia Nacional desde o início de 2016: derrubar o governo Maduro e instaurar um governo servil aos EUA.

E isso é inaceitável para o povo trabalhador da Venezuela, que quer

uma nação livre e soberana, sem ingerência externa.

E agora?

As eleições ocorreram, a Constituinte foi eleita com mais de meio milhão de votos a mais do que Maduro obteve contra Capriles (MUD) em 2013. Ela se instala nos próximos dias, mas seguirá existindo a Assembleia Nacional de maioria opositora. Um choque entre esses dois poderes é previsível.

O objetivo do imperialismo - ao qual se alinham grupos de “esquerda” na Venezuela e seus correspondentes no Brasil (ver pag. 11) - segue sendo derrubar Maduro para impor um governo que lhe entregue o petróleo e a soberania da Venezuela.

Trump adotou sanções contra Maduro, enquanto sua embaixatriz na ONU, Nikki Haley, denunciou o “simulacro de eleição” feito por uma “ditadura”. A União Europeia vai no mesmo rumo. Governos pró-imperialistas da América Latina, como o de Peña Nieto (México), Macri (Argentina) e Santos

(Colômbia), “não reconhecem” os resultados das eleições de 30 de julho, enquanto o governo golpista do Brasil, através do “chanceler” tucano Aloysio Nunes, pede que a Constituinte não se instale para que haja diálogo.

Todos eles vão continuar com a sabotagem econômica, política e diplomática para isolar o governo Maduro, pois não se trata só da Venezuela.

Para o imperialismo, mesmo se Trump está metido numa crise interna, trata-se de impor a todos os povos as exigências do capital financeiro. A menor medida de independência e soberania nacional, de controle dos recursos a serviço dos povos, é incompatível com a ordem imperialista.

A batalha que se desenrola na Venezuela diz respeito aos trabalhadores e suas organizações em todo o mundo. Não se trata dos erros ou debilidades de Maduro e do chavismo. Trata-se do indiscutível direito de um povo decidir livremente o seu destino.

Lauro Fagundes



Caracas, 30/07: grupo de motociclistas da Guarda Nacional é atingido pela explosão de uma bomba na parte leste de Caracas (bastião da oposição). Deu foto de capa na grande mídia sobre a “violência nas eleições da Constituinte”. Nos vídeos que circularam se ouviam gritos vindos de prédios vizinhos de “queimem malditos!”. De onde veio tal violência?

Assine **O TRABALHO** ★

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br